

# A questão da soberania

Um dos pontos sintomáticos da gravidade da situação nacional é a ação desenvolvida pelo governo federal criando condições para que a inflação vença os esforços, dir-se-ia hercúleos, que o Ministério da Fazenda e o Banco Central vêm realizando contra ministros e governadores de Estado que não acreditam na necessidade de manter estável a moeda. Também é sintomático o fato de o presidente da República haver decidido convocar os governadores de Estado para discutir com eles, já na próxima semana, alguns aspectos da crise. Não apenas os chefes dos Executivos estaduais filiados à Aliança Democrática; também aqueles que permaneceram no PDS, ao que parece, deverão merecer a atenção do chefe de Estado. Ora, quando o Executivo da União tem (teoricamente) maioria no Congresso Nacional e decide reunir-se com os governadores dos Estados, só se pode imaginar que penosas decisões serão anunciadas, ou se pedirá o respaldo das autoridades estaduais para novas providências dolorosas.

Como acentuamos em nosso comentário econômico, publicado nesta página, o chefe do Executivo parece ter aceitado as ponderações de seus assessores que não atribuem importância ao crescimento desmesurado da base monetária e não crêem que a inflação possa escapar do controle da Seplan, tanto assim que já se estuda a recomposição das tarifas das empresas estatais com grande poder de pressão. Se assim é, para que serão convocados os governadores? Para manifestar de público seu apoio e apreço ao chefe do governo federal? Expediente ridículo, além do mais mesquinho, de que o presidente Sarney não lançaria mão. S. exa. sabe que conta com o apoio dos governadores naquilo que diz respeito ao cumprimento da Constituição e a seu desejo de evitar o agravamento da inflação (apesar do que se decide no Planalto). Ora, se não se trata de encarecer apoio, que se tem, nem de anunciar medidas contra a inflação, já adotadas (?), só resta a hipótese — aliás quase certa — de que o presidente da República quer obter o apoio dos governadores para a política que pretende adotar nas negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Até agora, o presidente da República vinha insistindo em que as negociações com o FMI se fariam em clima apto a garantir a soberania nacional e de molde a não comprometer o desen-

volvimento da economia. Tudo parecia indicar que as divergências de conceitos entre os grupos técnicos do Brasil e do Fundo tivessem sido superadas e o anúncio do corte do déficit público seria suficiente para aplinar o caminho que permitiria a aprovação da oitava carta de intenções do Brasil e a celebração do acordo com os bancos credores. Subitamente, aquilo que se dava como liquidado e tinha até fugido da pauta das manifestações dos que costumavam preconizar a necessidade de uma "política externa independente" diante do FMI volta a primeiro plano; e volta com o peso de uma convocação do presidente da República. Em outras palavras, há coisas sérias que devem ser discutidas e decididas, e para tanto se convocam os governadores, que se imagina poderão dar apoio ao presidente nesta hora crucial. Curiosamente para os padrões da Nova República, tudo isso acontece na época em que o Congresso está em recesso; os apoios políticos serão discutidos no nível de poderes executivos...

Não se põe em dúvida a necessidade de o chefe do governo federal arquitetar apoios políticos às suas decisões. Aliás, disso é que necessita, e com urgência, dada a soma de erros que se vêm cometendo, os quais minam a sua autoridade. A questão que preocupa, no entanto, é a seguinte: saberá o presidente apresentar corretamente o problema das negociações com o FMI em sua tentativa de obter o apoio dos governadores? Nosso temor se justifica pelo seguinte: uma coisa é afirmar que se negociará respeitando a soberania nacional; outra é, em nome dessa intenção, recusar os termos da negociação tais quais fixados pelos regulamentos do Fundo, do qual somos fundadores, como lembrou s. exa. em sua primeira entrevista à imprensa internacional. Foi em nome da soberania nacional que o presidente Kubitschek rompeu com o Fundo Monetário Internacional, teve seu nome cantado em prosa e verso e acabou jogando o Brasil na estrada real da inflação. O presidente Sarney, lembrando-se de seus tempos de político udenista, poderá desejar que o desenvolvimento econômico se faça mesmo que seja à custa de um endurecimento nas negociações com o Fundo. Ora, se é essa sua pretensão, cabe ver que a situação do Brasil do fim dos anos 50 era diversa da de hoje, por uma simples e boa razão: não só o País não devia tanto e, portanto, não era tão vulnerável em seu setor exter-

no, como também cresceu enormemente.

A questão da dívida externa do Terceiro Mundo — e a do Brasil é a maior nesse grupo de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos e a maior do mundo — não é problema bilateral, sem dúvida alguma, mas não se pode imaginar que por ser multilateral em seus efeitos torne os devedores invulneráveis. Aliás, bem pesadas as coisas, o problema da dívida brasileira há muito deixou de ser brasileiro; faz meses, senão anos, que é objeto das cogitações estratégicas de outros governos pouco preocupados em ser os defensores da soberania nacional brasileira. Quando o presidente Ronald Reagan trouxe 1,2 bilhão de dólares de empréstimo-ponte do Tesouro norte-americano ao governo Figueiredo, a soberania nacional foi atingida — e o afirmamos repetidas vezes. Quando Fidel Castro acena, arditosamente, com a possibilidade de o Brasil assumir, com gesto altivo, a liderança do Terceiro Mundo na sua luta contra os "espoliadores", intromete-se na soberania nacional, sem dúvida alguma com mais sedução para os basbaques do que o governo norte-americano.

A dívida externa brasileira é, hoje, um instrumento de que se valem os "outros" para levar o Brasil a assumir posições na cena internacional para as quais ele não está preparado. Esse despreparo se evidencia em poucos fatos: um deles é o fato de boa parte do financiamento de curto prazo do comércio internacional brasileiro ser feito pelos bancos credores; outro, agências de bancos nacionais no Exterior operam com saldos negativos no chamado mercado interbancário (e devem aos bancos nossos credores); há ainda um terceiro: muitos bancos credores já provisionaram suficientes fundos para suportar sem traumas um eventual *default* brasileiro.

Essas coisas devem ser ditas pelo presidente Sarney e pensadas, analisadas e repensadas pelos governadores, quando se decidirem, em nome da soberania, a dar apoio a posições firmes. Do contrário, depois de o galo cantar, o governo brasileiro poderá ser obrigado a baixar a crista e solicitar novo empréstimo-ponte ao Tesouro norte-americano. Ou então, o que não é de descartar, diante da crise que venha a abrir-se, o presidente Sarney poderá transformar em sociedade anônima a limitada *Ribeiro, Gomes da Silva*, e apressar o final do processo de socialização no Brasil.